



**LEI Nº 2621 DE 30 DE JUNHO DE 2025**

**INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL O SELO “INSTITUIÇÃO RELIGIOSA PARCEIRA DA COMUNIDADE”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de Sobral, o selo “Instituição Religiosa Parceira da Comunidade”, destinado a reconhecer instituições religiosas que desenvolvem, de forma contínua, ações de interesse social, cultural, educacional, ambiental ou comunitário, sem vinculação a aspectos doutrinários ou confessionais.

**Art. 2º** O selo será concedido anualmente às instituições religiosas reconhecidas legalmente que atenderem aos seguintes critérios:

I - comprovação da realização de, no mínimo, dois projetos sociais, culturais, educacionais, ambientais ou comunitários nos últimos 12 meses;

II - demonstração de impacto social positivo na comunidade, por meio de relatório simples contendo descrição das atividades, públicos atendidos e resultados obtidos;

III - atuação de forma ética, transparente e sem fins lucrativos nos projetos apresentados.

**Art. 3º** As instituições religiosas interessadas em obter o selo deverão protocolar pedido junto à Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social (SEDHAS), durante o período de inscrição estabelecido em edital público anual.

§ 1º O pedido poderá ser realizado por qualquer instituição religiosa registrada legalmente, sem distinção de credo ou vinculação doutrinária.

§ 2º O pedido deverá ser instruído com a seguinte documentação:

I - requerimento formal assinado pelo responsável legal da instituição;

II - comprovante de inscrição no CNPJ com finalidade religiosa;

III - relatório descritivo das atividades desenvolvidas nos últimos 12 (doze) meses, com informações sobre os projetos sociais, públicos atendidos, resultados obtidos e materiais comprobatórios;

IV - comprovante de endereço da sede no Município de Sobral.



# PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 4º** A concessão do selo será feita por meio de:

I - certificado expedido pela Prefeitura Municipal de Sobral;

II - divulgação nos meios oficiais do poder público municipal;

III - autorização para uso do selo visual nas mídias institucionais da entidade contemplada.

**Art. 5º** A avaliação e a concessão do selo ficarão sob responsabilidade da Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social ou outro órgão designado, garantindo critérios objetivos e possibilidade de apoio de conselhos municipais, quando cabível.

**Art. 6º** O Selo terá validade anual, podendo ser renovado mediante a manutenção das atividades que deram origem à concessão.

**Art. 7º** Esta Lei não gera custos diretos ao Poder Público, constituindo-se em reconhecimento institucional de ações de interesse social.

**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, estabelecendo os procedimentos para cadastro, avaliação, concessão e acompanhamento das instituições contempladas.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, EM 30 DE JUNHO DE 2025.**

  
OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR  
Prefeito Municipal de Sobral

Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro  
Procurador Geral do Município  
OAB-CE 33.573



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

**SANÇÃO PREFEITURAL Nº 2592/2025**

Ref. Projeto de Lei nº 094/2025

Autoria: **Francisco Laerti Carneiro Cavalcante**

Após análise do Projeto de Lei em epígrafe, o qual “**Institui no âmbito do Município de Sobral o Selo “Instituição Religiosa Parceira da Comunidade”, e dá outras providências.**” aprovado pela augusta Câmara Municipal de Sobral, pronunciamo-nos por sua **SANÇÃO EXPLÍCITA E IRRESTRITA.**

Publique-se.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR,  
EM 30 DE JUNHO DE 2025.**

  
**OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR**  
Prefeito Municipal

Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro  
**Procurador Geral do Município**  
OAB-CE 33.573